



FNE DESAFIA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO A MELHORAR OS SALÁRIOS, AS CARREIRAS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A FNE identifica como **prioridades reivindicativas para os próximos tempos a melhoria dos salários e das condições de trabalho.**

Terminamos este ano de 2021/2022 sem que o Governo tenha resolvido os problemas mais conhecidos de que enferma o sistema educativo, e, o que é ainda mais dramático, sem que nada tenha sido feito para que esses problemas não se repitam no ano que está para começar.

Sendo certo que toda a gente reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelos educadores e professores portugueses nos tempos de pandemia, a verdade é que tardam as medidas que reconheçam o empenho e a dedicação que marcaram esses difíceis tempos, e que demonstraram como esses profissionais foram indispensáveis para que nenhum aluno tivesse ficado esquecido. Não se pode é permitir que agora os educadores e professores portugueses fiquem esquecidos e para trás, e portanto profissionalmente desvalorizados.

A **instabilidade e precariedade** que marcam a vida de milhares de docentes continua a repetir-se, sem que, mesmo assim, se garanta que os alunos tenham todos os seus professores, porque o Governo se recusa a adotar medidas vigorosas que respondam aos problemas identificados, quer em termos de concursos, quer de atratividade dos horários, quer de apoio aos docentes deslocados para longe das suas famílias.

Mesmo em relação a medidas já adotadas pelo atual Governo, o que as caracteriza é o seu caráter de remedeio, portanto conjuntural, incompleto e até promotor de injustiças.

Quer em relação às medidas que visam a **redução do número de alunos sem professor**, quer em relação às mudanças que foram impostas para a aplicação do **regime de mobilidade por doença**, o Ministério da Educação foi incapaz de respeitar critérios elementares de justiça e de respeito. O efeito prático e imediato que delas resulta é a insatisfação dos educadores e professores portugueses.

Mais do que as medidas conjunturais em relação à possibilidade de renovação de contratos de horários incompletos ou de completamento desses horários em algumas regiões do país, impõem-se medidas que promovam a estabilidade, nomeadamente através da realização de **concurso que leve ao preenchimento das vagas que venham a ser criadas para que todas as escolas tenham um quadro estável de docentes**, sem necessidade do recurso sistemático à contratação e à precariedade.

Torna-se inadiável que sejam adotadas medidas que visem compensar os docentes que são obrigados a grandes deslocações para garantirem as aulas aos seus alunos.

Outro aspeto que provoca uma grande insatisfação e que desmobiliza os docentes, em vez de os cativar, e que o Governo se recusa a corrigir, é o das **limitações que estão impostas ao desenvolvimento da carreira docente**, fazendo com que milhares de professores estejam sem perspetivas de acesso a patamares remuneratórios superiores, devido à limitação de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões. Aliás, e em desrespeito total pelos direitos dos seus trabalhadores, o Ministério da Educação ainda não divulgou, nem as vagas para este ano de 2022, nem as listas de docentes transitados, o que já deveria ter acontecido com efeitos a 1 de janeiro deste ano, com o impacto que isto representa em relação aos salários que estes Docentes já deveriam estar a receber.

A FNE insiste em que, para um sinal claro de aposta no reconhecimento destes profissionais e de valorização e atratividade da sua carreira, deveriam ser anuladas as normas que determinam a existência de vagas para acesso aos 5º e 7º escalões.

Finalizamos este ano com a consciência de que as pessoas se queixam hoje generalizadamente da **intensidade excessiva do trabalho que lhes é imposto por uma Administração que se recusa a respeitar os limites do tempo de trabalho e a eliminar os procedimentos administrativos e burocráticos tantas vezes inúteis que preenchem todo o tempo**, sem que haja condições para se conciliar a atividade profissional com o tempo de vida pessoal e familiar.

Estes são alguns dos resultados que podemos ler na consulta nacional que foi promovida pela FNE no início deste mês de julho e que contou com 2668 respondentes, o que representa uma muito larga margem de representatividade e que constitui desta forma um espelho do que pensam os docentes portugueses.

Daqui resulta que se torna imprescindível a adoção de **medidas urgentes**, nomeadamente:

- a clarificação dos conteúdos das componentes letiva e não letiva de estabelecimento, garantindo que na componente letiva se integram todas as atividades educativas realizadas pelo docente com qualquer número de alunos;

- a simplificação/eliminação de suportes digitais redundantes e/ou supérfluos;

- a eliminação de todos os procedimentos burocráticos considerados inúteis, canalizando o tempo dos docentes para o processo de ensino-aprendizagem.

É essencial **fazer crescer o investimento em Educação**, na linha do que todos, a nível nacional e internacional, reconhecem como determinante para que se garanta a disponibilização de uma oferta educativa de qualidade que seja efetivamente inclusiva, e que promova a efetiva recuperação das aprendizagens perdidas e que desta forma seja garante de equidade.

O Governo deve iniciar um processo negocial que integre de uma forma articulada as medidas que visem, quer o **rejuvenescimento da carreira docente**, quer promovendo a **atratividade da profissão**, para tal garantindo a plena recuperação do tempo de serviço que esteve congelado, substituindo o atual modelo de avaliação de desempenho que tanto mal-estar tem promovido nas escolas, determinando condições de acesso à pré-reforma e um regime especial de aposentação.

É imprescindível passar desta inação para a determinação, em sede de diálogo e concertação, de medidas que se orientem no sentido de melhorar os salários e as condições de trabalho no setor da Educação, no sentido de fazer crescer a atratividade da profissão.

É preciso acabar com os índices de precariedade que continuam a marcar a vida profissional de muitos, em todo o sistema educativo, desde o ensino básico e secundário ao superior e à investigação, quer no que diz respeito a Docentes, quer a Não Docentes.

Ao nível do **ensino superior**, para além de medidas que impeçam o recurso sistemático à precariedade, nomeadamente no setor da Investigação, impõe-se a revisão do regime jurídico das instituições do ensino superior. Tarda o início de um processo negocial efetivo que vise a resolução dos problemas identificados.

A FNE continuará também a insistir na determinação dos conteúdos funcionais específicos dos Trabalhadores Não Docentes, com vista ao estabelecimento das respetivas carreiras especiais.

Ao nível do Ensino Português no Estrangeiro, lutaremos pela preservação de uma oferta consistente dirigida à comunidade emigrante portuguesa, eliminando a propina que continua a ser imposta nos cursos maioritariamente frequentados por alunos portugueses e lusodescendentes, e, em relação aos Docentes, promovendo a sua valorização salarial e a identidade de direitos em relação aos que trabalham no País, nomeadamente no respeitante à vinculação e estabilidade laboral. É fundamental que se concretize o início do processo negocial anunciado pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, com vista à revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro.

No âmbito do **ensino promovido pelos setores privado e social**, não deixaremos de continuar a trabalhar no sentido da determinação de adequados instrumentos de regulamentação do trabalho, com a consequente valorização salarial e de condições de trabalho dos Trabalhadores abrangidos

Vamos para um novo ano letivo, em que seremos assumidamente combativos para que se possam definir novos horizontes para os profissionais da Educação. Para que se respeitem os limites do tempo de trabalho, para que os salários sejam compatíveis com as exigências a que hoje a escola responde, para que se acabe com as precariedades que se acentuam de ano para ano.

É preciso que se volte a respeitar o primado do trabalho pedagógico que se desenvolve nas escolas, porque é esse o serviço que essencialmente aí se tem de concretizar. É imprescindível que os educadores e professores possam desenvolver o seu trabalho específico, com o apoio dos trabalhadores que forem indispensáveis para que as escolas funcionem e para que os alunos disponham dos mecanismos de apoio complementar à ação pedagógica que forem essenciais.

Estamos confrontados com exigências essenciais que têm sido ignoradas ao longo dos anos e que por isso têm tido um efeito extremamente negativo no bem-estar que é incontornável que seja respeitado para que os Trabalhadores se sintam reconhecidos e valorizados.

Não se pode continuar a ignorar a insatisfação e o cansaço que de uma forma tão dolorosa caracterizam tantos milhares dos que trabalhamos em Educação no nosso país.

Assim, iremos apresentar ao Ministério da Educação um caderno reivindicativo com proposta da respetiva agenda negocial, que permita resolver os problemas por nós identificados.

Esperamos que o ME se mostre disponível para essa negociação e passe de meros anúncios ou medidas pontuais, aos atos.

A FNE está pronta para esse desafio. Esperamos que o ME, também.

Pela parte da FNE, tudo se fará para que se produzam as mudanças que são necessárias

29 de julho de 2022